

ENTRE DISCURSOS: A VOZ ENCANTATÓRIA DE AGUSTINA

Aparecida Fátima Bueno*

Resumo: A História tem sido convocada com alguma frequência no conjunto da obra de Agustina Bessa-Luís. Entretanto, é na década de 1980 que se concentram algumas das reflexões mais instigantes da escritora sobre os tênues limites entre o discurso historiográfico e o ficcional, que aparecem em obras como *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983) e *A monja de Lisboa* (1985). É a partir de algumas das considerações que tece nessas narrativas a respeito da complexidade entre História e ficção que nos propomos a analisar *O mosteiro* (1980), romance no qual a escritora revisita uma das figuras centrais para a cultura de seu país: D. Sebastião.

Palavras-chave: Literatura portuguesa. Literatura e História. Sebastianismo.

■ A década de 1980 foi bastante profícua para o romance histórico em Portugal. Nos anos subsequentes à Revolução dos Cravos a revisitação à História do país parece ocorrer como parte de um processo de compensação para o longo período de convívio íntimo oficial com uma imagem particularmente irrealista da História portuguesa, como afirma Lourenço (1978) no seu seminal estudo “Da literatura como interpretação de Portugal”. As ainda recentes mudanças ocorridas, àquela época, pareciam justificar esse interesse, malgrado durante os anos da censura salazarista. Era um momento em que para os escritores havia, como sintetiza Maria Alzira Seixo (1986, p. 64),

[...] alargamento da temática, nomeadamente no campo político, integrando vivências da revolução de Abril, dos tempos difíceis que a precederam e do problemático período que se lhe tem seguido, recorrendo a mananciais como a guerra colonial e os transe da emigração, fixando o interesse na consideração da terra enquanto emblema pátrio ou corpo histórico de identidade a conhecer [...].

* Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: fabueno@usp.br

Esse novo cenário, aliado a uma necessidade de novamente compreender o país em “termos realistas”, contribuiu para que a revisitação histórica que então se deu na cultura literária portuguesa não mais se configurasse nos moldes “irrealistas” e da “mitologia nefasta”, termos com os quais Eduardo Lourenço (1978, p. 126) define o tratamento oficial dado ao passado histórico no longo período do salazarismo. Afinal, nos anos que se seguiram à Revolução dos Cravos, havia a expectativa (ou a premência) de que os portugueses se reconhecessem e se vissem numa dimensão mais fidedigna à sua realidade.

É sobretudo por causa desse contexto que a inquirição à História de Portugal ganha um novo alento e assistimos a uma nova fase do romance histórico na literatura portuguesa. E é dentro desse cenário que se insere boa parte da produção ficcional de Agustina Bessa-Luís em que esse diálogo se faz presente. É na década de 1980 que a escritora publica, entre outros títulos, *O mosteiro*, de 1980, *Adivinhas de Pedro e Inês*, de 1983, *Um bicho da terra*, de 1984, *A monja de Lisboa*, de 1985, e *A corte do norte*, 1987. Entretanto, mais do que revisar e questionar a História oficial, nessas obras Agustina coloca em xeque a autoridade do próprio discurso e sua capacidade de representação do que convencionamos a chamar de História.

Afirmações como a “História é uma ficção controlada” (BESSA-LUÍS, 1983, p. 224) ou a “História é uma tradução deficiente” (BESSA-LUÍS, 1985, p. 8), que aparecem respectivamente em *Adivinhas de Pedro e Inês* e *A monja de Lisboa*, são frequentes, sobretudo nas obras publicadas nesse período. Apesar da necessidade de realizar uma investigação documental para melhor embasar esses romances, a escritora, no entanto, não prescinde de seu papel de ficcionista. Numa conferência realizada no mesmo ano em que publica *O mosteiro*, e na qual reflete sobre D. Sebastião, ela afirma

Às vezes, se não sempre, há um momento excêntrico na vida do ficcionista: é quando se interessa pela História. Momento de certa desilusão que confina com o comportamento utopista; os utopistas julgam convencer melhor se as suas invenções se adaptam ao estilo didático. Portanto, a História considerada pelo lado do romancista integra-se vivamente no carácter da invenção, só que mais acautelado. Destina-se a resolver dificuldades, diminuindo no leitor a desconfiança que ele confere à ficção pura (BESSA-LUÍS, 1981/1982, p. 223).

Se esse é um dos argumentos de que se utiliza para justificar de certa forma o seu interesse pela História, diminuir no leitor a desconfiança em relação à ficção, a proposta que gostaria de discutir aqui é a respeito desse paradoxal “carácter de invenção, só que mais acautelado”, que Agustina considera necessário ao romancista que se interessa pela História, e como isso se dá, ou não, justamente num livro em que revisita uma das figuras emblemáticas da História portuguesa: D. Sebastião.

Anamaria Filizola (2004), num texto em que analisa a conferência de Agustina “D. Sebastião – O pícaro e o heroico” em confronto com duas outras representações do rei em narrativas contemporâneas, o conto “O iluminado”, de Amadeu Lopes Sabino, de 1985, e o romance *O conquistador*, de Almeida Faria, de 1990, nos lembra que no ano em que é celebrado o quarto centenário de Camões a atenção da escritora está voltada para D. Sebastião, já que vem a lume *O mosteiro*, e Agustina escreve dois outros textos em que a figura do rei também está em foco: a conferência supracitada, que foi proferida no dia 13 de novembro de

1980 na Academia de Ciências de Lisboa e um pequeno ensaio, intitulado “O pícaro e o heroico”¹, datado de 11 de fevereiro desse ano, no qual ela fala da relação que tem com Camões e *Os lusíadas*. Como o poema é dedicado ao rei, a quem o poeta incentiva a que tome as rédeas do reino e dê matéria a nunca ouvido canto, a figura de D. Sebastião acaba também sendo evocada pela escritora. Poucos anos depois da Revolução dos Cravos, portanto, e numa data em que em Portugal se celebram as comemorações camonianas, o olhar de Agustina parece fixar-se na figura do rei e no fatídico ano de 1578, a partir do qual se sela definitivamente a sua mitificação.

Aliás, se Camões é um dos mais antigos cantores de D. Sebastião e contribuiu para torná-lo matéria poética, na narrativa ficcional é com o romantismo que essa voga começa, como ressalta Maria de Fátima Marinho (2005, p. 406), num ensaio em que analisa a presença do rei no romance histórico português:

[..] se a voga começou com o Romantismo, ela continuou no século XX, não sendo nem menos nítida nem menos emblemática. É até no passado século que se torna mais fulcral o papel que a figura do rei jogou no imaginário português, dada a faceta que a metaficção historiográfica pós-moderna imprimiu à recriação do passado.

Já Eduardo Lourenço (1999, p. 130), em “Portugal como destino”, refletindo sobre a quase onipresença de D. Sebastião na cultura portuguesa, considera que

[...] nenhum autor representativo do século XX deixou de reescrever por sua própria conta, para marcar ou ressuscitar nela, a história de um rei que na vida e na morte converte o empírico e exaltado destino de um povo de configuração imperial num destino messiânico, esperando do futuro uma grandeza que não será nunca mais universal que a enterrada numa só tarde nas areias ardentes de Alcácer Quibir.

Dentro dessa tradição se insere *O mosteiro*, cujo último capítulo é o ensaio sobre o medo, que resultou do estudo que o protagonista preparava sobre a história sebástica². Nesse romance, além de acompanharmos a trajetória de Belchior e a da redação de seu ensaio, ficamos também conhecendo o espaço pelo qual ele transita, principalmente o vinculado ao seu núcleo familiar paterno, através das memórias da casa dos Teixeira, de suas mulheres, as tias de Belche, e do mosteiro que domina o vale, cuja história, por sua vez, está indissociavelmente associada à da família, e onde o personagem busca subsídios documentais para sua empreitada sobre a história de D. Sebastião.

Do início ao final do romance, centrados na história dessa família e dos que gravitam em torno dela, percorremos um período que vai da década de 1930 até o fim da década de 1970: a última página do livro está datada do Porto, 14 de março de 1980. Nesse longo espaço temporal são feitas referências à Guerra Civil espanhola, à Segunda Grande Guerra, à Guerra Colonial, à Revolução dos Cravos e às mudanças na estrutura social após o 25 de abril de 1974, à medida que os personagens são, de alguma maneira, envolvidos ou afetados por esses

1 Publicado em *Cadernos de Literatura*, v. 5, p. 63-65, abr. 1980.

2 Entre os títulos explicitamente citados no capítulo estão o *Portugal cuidadoso e lastimoso*, obra de 1738 do padre José Pereira Baião; *O desejado*, de António Sérgio, de 1924; a *Crônica Saadiana*, do Anônimo de Fez; e uma crônica do historiador marroquino Al-Ifrani, sem se referir especificamente ao título da obra.

acontecimentos, ou através de associações feitas pelo narrador, ou pelos personagens, a partir de dados ou fatos que embasam o conhecimento comum da História portuguesa ou mundial do último século.

No entanto, se o enredo do romance se desenvolve no século XX, a prosperidade e a genealogia da família Teixeira estão associadas ao mosteiro e ao ano de 1578:

Foi Matilde quem revelou a Belchior o possível parentesco com Frei Domingos Teixeira, eleito abade do mosteiro em 1578, quando este foi alforriado pelo cardeal D. Henrique [...]. Essa data sinistra para o reino trouxe ao vale de S. Salvador a exortação propícia à sua prosperidade. Até aí, as rendas do convento beneditino eram devoradas pelos seus padroeiros, homens de guerra que despojavam os mosteiros dos bens em troca de serviços prestados à coroa. Mas, na alvorada do grande desastre histórico de 1578, o vale respirou, liberto da expropriação de seus usurpadores. A grande prosperidade do mosteiro, com seus muros caiados de branco, recebeu novas benfeitorias. Plantaram-se hortas e jardins [...]. Aquilo que foi para a nação uma catástrofe tão vasta que a tomariam por inaceitável, para o mosteiro e as terras foi uma libertação. [...] A lavoura, com os aforamentos feitos ao mosteiro e depois remidos, deu origem às casas agrícolas, como as dos Teixeira [...] (BESSA-LUÍS, 1984, p. 31-32).

Em certo sentido, há um círculo que se fecha, em *O mosteiro*, em torno da campanha de Alcácer Quibir: desde o início da fase próspera que marca a história do vale e da família de Belche, até a leitura que ele faz da famigerada batalha, no ensaio sobre a história sebástica que escreve. Há um paralelismo inverso entre a desgraça que assola a pátria e da qual, de certo modo, ela parece nunca se libertar, e a ascensão dos Teixeira; como se, no meio da tragédia geral, fosse possível se organizar uma nova ordem voltada à fixação na terra e aos lucros advindos da prática agrária. Durante o período da expansão ultramarina, a economia portuguesa, no lugar de conhecer uma época de grande prosperidade, começa a entrar em declínio. Para Antero de Quental (1982, p. 288), uma de suas causas é consequência do abandono dos campos:

Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições econômicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas nos grandes centros, a população rural afluí para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício.

A história da casa dos Teixeira e do vale de S. Salvador se estrutura em sentido oposto a esse quadro descrito por Antero. Apesar das “épocas desiguais” que a casa teve, entretanto, ela nunca decaiu. “Nem pajens, nem gente de armas, os Teixeira, depois de libertarem as terras, não exactamente campesinos, mantiveram a curiosidade pela política, o gosto da intriga e da novidade, assim como o respeito pela fortuna” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 32).

É dessa família e seu “gosto pela intriga” que sai o personagem que, na pele de historiador, decide abordar um dos momentos mais traumáticos da História de Portugal e que culminou com o fim da dinastia de Avis. Desde cedo, por volta dos 14 anos,

[...] a realidade da História pareceu-lhe esperar continuamente uma contra-prova; pensou que ele não se submetia a repetir o modelo dos factos e que era índice de infantilidade e de despersonalização proceder doutra maneira. Ele tocava, sem o saber, o problema da psicose de toda uma cultura (BESSA-LUÍS, 1984, p. 41).

A relação que o personagem mantém, desde jovem, em relação à História, permanecerá na idade adulta. Quando escreve seus primeiros livros, é sob o signo do falseamento que o faz:

E, no entanto, Belche parecia-se com o pai. O mesmo fundo de anarquia individual, traduzida em proveitos práticos, a mesma inveja que revertia a favor dum obra sua, irreal pela ambição e impossível de ser consumada. De repente, tudo parecia falto de solidez, a vontade vacilava, não se atingiria mais o horizonte sonhado; surgia então aquele mórbido gosto do fracasso, do erro póstumo que outros iriam abrir como um abcesso raro. [...] Por isso Belche escrevia livros falhados, dum beleza vertical e dados históricos deliberadamente falsos. [...] A sua história sebástica seria o encontro máximo com os seus leitores; pelo absurdo que eles tinham que colher directamente da polpa do génio e do pormenor estudado; pela aliança definitiva entre a obra debastada na pedreira da realidade aceite, e a realidade encoberta (BESSA-LUÍS, 1984, p. 132).

Podemos pensar que Agustina Bessa-Luís projeta em Belchior muito da sua própria relação com a escrita da História. Para ela também é necessária uma “contra-prova”, também é preciso confrontar a “realidade aceite” e a “realidade encoberta”, porque sempre há uma para ser desvendada. E, para isso, apenas no âmbito da ficção é possível alcançar sucesso, apesar dos caminhos perigosos que levam à verdade. Ao menos é o que a escritora afirma no prólogo de *A monja de Lisboa*, quando discorre sobre o modo como se relaciona com os dados documentais:

No entanto, advirto que sou curiosa; portanto, se a curiosidade é a mão direita da dúvida, a esquerda é o prazer da discrepância. Quem não contradiz não conhece os atalhos que levem à verdade, mais depressa, ainda que com mais perigos, do que os lisos caminhos principais. Noutros momentos serei tão cingida ao facto histórico, como unha e carne. Porque sem provas não há disciplina e perde-se a liberdade pública (BESSA-LUÍS, 1985, p. 9-10).

Se a escritora reconhece a necessidade de quem lida com o fato histórico de não se desprender dele totalmente, é o acautelamento necessário para conseguir de certa forma a adesão do leitor, Belche por sua vez parece propor-se a um verdadeiro enfrentamento nos seus “livros falhados”, que alcançam, por outro lado, enorme sucesso.

No entanto, o seu estudo sobre a história sebástica não chega a ser por ele publicado. Fica esquecido numa das gavetas do quarto que ocupava na casa das tias (cf. BESSA-LUÍS, 1984, p. 209), mas temos acesso tanto às suas divagações durante o período em que o ensaio foi por ele gestado, como também ao seu próprio texto, já que o último capítulo do romance, intitulado “O medo”, é justamente esse ensaio abandonado por Belche na gaveta.

O interesse do personagem pela história sebástica ocorre paralelamente à descoberta de sua vocação para historiador e está associado a aproximações que faz entre o primo José Bento e o rei e de Josefina, espécie de agregada intermitente da casa dos Teixeira, com D. Joana, a mãe de D. Sebastião:

Começava [Belchior] a reconhecer a sua vocação para historiador e visitava os museus para analisar as fisionomias dos retratos. Achava que D. Sebastião se parecia com seu primo José Bento, ali presente. Era um rapaz um pouco equívoco e distraído das coisas profundas, mas que apreciava a força das armas e grandes temas. A leviandade de certeza era o que o caracterizava melhor. Tinha uma bela figura, mas não gostava de a fazer realçar senão pela severidade do traje. Se lhe fosse dado usar um uniforme, isso seria do seu agrado. Num país neutro e sensibilizado para o negócio e os prazeres de família, ele estava deslocado (BESSA-LUÍS, 1984, p. 69).

[Josefina] Tinha olhos grandes, pretos, e um sinal na face esquerda, como D. Joana, a mãe do Desejado, a menos que em D. Joana fosse uma cagadela de mosca no quadro das Carmelitas Descalças (BESSA-LUÍS, 1984, p. 84).

Os excertos acima exemplificam um pouco a forma como a História é vista por Belchior e referida em *O mosteiro*. Se na associação que ele faz entre o primo e D. Sebastião já se vai delineando a leitura que fará do personagem histórico, por sua vez, a possível “cagadela de mosca” no retrato de D. Joana revela o quanto podem ser frágeis as deduções que se baseiam na leitura que se faz da História. Fragilidade que tanto pode estar presente no discurso sobre a História, já que este pode ser deliberadamente falseado, como também provocada por leituras equívocas dos sinais que nos restam do passado.

A ligação entre passado e presente, ou, talvez, a presença ou permanência desse passado no presente, prefigurado que está através das parencas que Belche identifica entre personagens dos dois tempos históricos, não fica restrita a essa associação. Mais que isso, em *O mosteiro* a escritora aproxima dois momentos históricos e tece um paralelo entre o Portugal após o desastre de Alcácer Quibir e o país após a revolução de Abril:

Em Portugal de 1578 e em Portugal de 1974 tratava-se de admitir uma frustração histórica, de aprender uma desilusão. Era inelutável a perda, e controlar essa perda foi o ofício de um grupo encerrado numa contradição: a da ilusão e a da evidência. Deixar o vazio suceder à ilusão é ainda expropriar a alma das consequências do desprazer. Em certo momento, porém, sabemos que o fracasso é a face do entendimento (BESSA-LUÍS, 1984, p. 162).

A aproximação entre esses dois momentos históricos estará presente também em outras obras vindas a lume na década de 1980: Manuel Alegre associará a guerra colonial e a jornada quinhentista em sua “Crônica de El Rei D. Sebastião”, publicada em *Atlântico*, de 1981, ou ainda em *Jornada de África*, de 1989. Manoel de Oliveira, por sua vez, mais afinado à perspectiva de Agustina, em *Non, ou a vã glória de mandar*, de 1990, não só revisita vários episódios da trajetória épica de Portugal como também os intercala com cenas da guerra colonial travada por um grupo de militares portugueses, terminando o seu filme com o cruzamento de cenas que retratam o desastre da batalha de Alcácer Quibir e a figura de D. Sebastião à imagem da morte do alferes que narrava e comentava os episódios épicos aos companheiros de infortúnio. Aliás, a última imagem do filme é a do médico que atendeu o alferes preenchendo a ficha com os dados do óbito e colocando a data: 25 de abril de 1974.

Em sua conferência “Da literatura como interpretação de Portugal”, proferida na Fundação Calouste Gulbenkian em 5 de fevereiro de 1975, portanto menos de um ano depois da Revolução dos Cravos, Lourenço (1978, p. 89-90) terminava o balanço dos últimos 150 da história literária do país, que via como marcada por uma “preocupação obsessiva, a de saber *quem somos e o que somos* como portugueses” com a seguinte reflexão:

As contas a ajustar com as imagens que a nossa aventura colonizadora suscitou na consciência nacional são largas e de trama complexa demais. [...] Querendo-o ou não, somos agora outros, embora como é natural continuemos não só a pensar-nos como os mesmos, mas até a fabricar novos mitos para assegurar uma identidade que, se persiste, mudou de forma, estrutura e consistência. Chegou o tempo de existirmos e nos vermos tais como somos. Ao menos uma vez na nossa existência multissecular aproveitemos a dolorosa lição de uma cegueira que se quis inspiração divina e patriótica, para nos compreendermos em termos realistas, inventando uma relação com Portugal na qual nos possamos rever sem ressentimentos fúnebres, nem delírios patológicos (LOURENÇO, 1978, p. 126).

Esse apelo do crítico parece ter sido ouvido por nomes importantes das Letras e da Cultura portuguesas. Agustina tem um papel relevante nesse processo, haja vista, como apontamos, a longa lista de livros que escreve e nos quais a revisitação da História de Portugal e de personagens importantes para a cultura do país está presente. *O mosteiro* é um livro crucial nesse processo. Até porque nele Agustina focalizará um protagonista fundamental para a trajetória da História de Portugal, que é D. Sebastião. Algumas das palavras de ordem da escritora certamente não deixarão incólume um leitor mais atento. Encarar a evidência, reconhecer o fracasso, parecem ser etapas necessárias para uma visão mais realista e menos mi[s]tificadora da História portuguesa nesse longo percurso que vai de *Os lusíadas* e de D. Sebastião até Salazar e o fim do império colonial. Parece-nos que Agustina Bessa-Luís alcança esse objetivo e perfaz parte desse caminho em *O mosteiro*.

BETWEEN DISCOURSES: THE INCANTATORY VOICE OF AGUSTINA

Abstract: History has appeared with some frequency in the overall work of Agustina Bessa-Luís. However, it is the 1980's that concentrates some of the most thought-provoking reflections of the writer about the tenuous boundaries between historiographical and fictional discourse, which can be found in works such as *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983) and *A monja de Lisboa* (1985). Based on some of the considerations she makes in these narratives about the complexity between History and fiction, we propose to analyze *O mosteiro* (1980), novel in which the writer revisits one of the central figures of the culture of her nation: D. Sebastião.

Keywords: Portuguese literature. Literature and History. Sebastianism.

REFERÊNCIAS

- BESSA-LUÍS, A. D. Sebastião – o pícaro e o heróico. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Letras. Tomo XXII. Lisboa, 1981/1982. p. 223-236.
- BESSA-LUÍS, A. *Adivinhas de Pedro e Inês*. Lisboa: Guimarães Editores, 1983.
- BESSA-LUÍS, A. *O mosteiro*. 3. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1984.
- BESSA-LUÍS, A. *A monja de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- FILIZOLA, A. D. Sebastião na literatura contemporânea: entre o riso e a “apagada e vil tristeza”. In: CALVÃO, D.; ALVES, I. F. (Org.). *Entre o riso e a melancolia: de Gil Vicente ao século XXI*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2004.
- LOURENÇO, E. Da literatura como interpretação de Portugal. In: LOURENÇO, E. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. p. 85-126.
- LOURENÇO, E. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARINHO, M. de F. *Um poço sem fundo*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- QUENTAL, A. de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: QUENTAL, A. de. *Prosas sócio-políticas*. Org. Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 253-297.
- SEIXO, M. A. *A palavra do romance: ensaios de genologia e análise*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

Recebido em fevereiro de 2014.
Aprovado em dezembro de 2014.